

Folha Socialista

Diretores responsáveis:

Antonio Candido e
Arnaldo Pedrosa D'Horta

Gerente:

Febus Gikovate

ANO I

10 de Março de 1948

N.º 5

REDACÇÃO:

Praça da Sé, 237 - 2.º and.

Telefone 3-2520

SÃO PAULO — BRASIL

BOLETIM DO

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES E DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

O Partido Socialista apresenta as reivindicações dos lavradores e dos operários do campo

O governador Ademar de Barros, por intermédio do seu muito representativo secretário da Agricultura, Hugo Borghi, trombeou, pela imprensa e pelas estações de rádio, sua decisão de fazer realizar, primeiro nesta Capital, depois em diversas zonas do Estado, o 1.º Congresso Rural Paulista, que reuniria fazendeiros, pequenos agricultores, agrônomos, mecânicos, colonos e camaradas, para a fixação da situação e das reivindicações dos lavradores e dos operários do campo.

A oposição que contra essa demagogia iniciativa levantaram os barões dos campos foi tal, que o governador e seus secretários tiveram que efetuar recuos sucessivos, até adiar "sine die" a data do projetado congresso.

A propósito desse Congresso, é preciso dizer, antes de mais nada, que a sua realização dispensaria o nababesco esbanjar de dinheiro em publicidade, a que serviu de pretexto. Deve-se também acrescentar que não é possível compreender-se um congresso de tal vulto e importância, sem que fosse publicado o programa de seus trabalhos, sem que ninguém tivesse a possibilidade de estudar e discutir os problemas que seriam apresentados aos congressistas. Em resumo, o Congresso que o Governador, de sociedade com o secretário da Agricultura, pretendia ou pretende realizar não é um Congresso, mas sim um comício político. Manuseando sem escrúpulos o dinheiro público, o que se teve em vista foi reunir, em espetáculos minuciosamente programados nos bastidores, alguns milhares de agricultores e trabalhadores da terra, para impressioná-los e transformá-los em propagandistas dos homens que hoje ocupam o governo.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO sente-se na obrigação de denunciar publicamente o caráter demagógico, eleitoralístico e politicamente desonesto desse pretense Congresso da Lavoura, do qual nenhum benefício poderia resultar para os autênticos lavradores e operários agrícolas, necessitados até hoje da assistência mais comozinha, e que para ser revelada dispensaria o aparato reclamístico posto em marcha.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO não pode deixar, também, de fixar publicamente sua inteira oposição à atoarda que as organizações dos latifundiários e intermediários fizeram a propósito do mesmo Congresso. Si o governador do Estado e seu secretário da Agricultura não têm — como realmente não têm — o direito de falar em nome dos lavradores, menos direito cabe ainda nesse sentido, aos clubes de grandes fazendeiros aqui sediados, e cuja oposição ao pretenso "congresso" funda-se exclusivamente no fato de que o mesmo daria oportunidade a que colonos, camponeses e camarádas se apresentassem uma vez na vida, os portões de seus feudos, e viajassem como seres humanos, e pudessem

ouvir a voz — embora mentirosa — de outros homens, discutindo os seus problemas.

Esses barões da terra paulista nada teriam a opor ao Congresso da Lavoura si este se limitasse a reunir os mesmos conhecidos e enriquecidos corretores de café, maquinistas de algodão, grandes criadores que dirigem seus rebanhos das salas dos clubes de elite, grandes fazendeiros que só conhecem suas terras através os dividendos que vão buscar nos guichês dos bancos, ou dos "week-ends" confortáveis que elas lhes proporcionam.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO recomenda a todos os agricultores e trabalhadores agrícolas socialistas que participem

do Congresso, si o mesmo voltar a ser convocado, para impedir constitua êle um mero espetáculo de exibicionismo dos atuais governantes. Recomendamos que dele participem para nele pedir: a socialização progressiva da terra, realizada segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza da exploração rural; a organização de fazendas do Estado e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente pelo Estado; o parcelamento das terras do Estado em pequenas porções de usufruto individual onde não for viável a exploração coletiva; a libertação de terras aráveis em terras baldios, vilas e povoados, destinada à produção de gêneros de imediato consumo alimentício lo-

cal; a extensão dos direitos, chamados sociais, aos trabalhadores dos campos, de modo a não serem despedidos, quando não houver justa causa, sem indenização, a obterem pensão, quando incapacitados para o trabalho e quando ficarem velhos; a terem assegurada assistência às gestantes e o auxílio que evite fiquem abandonadas suas famílias, quando falcerem; fixação de um horário legal de trabalhos efetivos, diariamente, ficando um dia útil livre, de preferência os sábados, todas as semanas, menos durante as colheitas, para o tratamento das plantas; o financiamento para a produção do colono, como a que é feita aos arrendatários pelo Banco do Brasil, com as devidas garantias ao financiador; a garantia de preços mínimos, acima do custo da produção, para todos os cereais; a organização de cooperativas mistas de crédito, de produção e de consumo dos lavradores, em todos os municípios, pagas as quotas do capital com a metade do que competir a São Paulo, na liquidação do Departamento Nacional do Café; o pagamento mensal, em dinheiro, das mesadas e dos salários; a ereção de silos e de câmaras de expurgo, em todos os municípios; a isenção de impostos para a importação de instrumentos agrícolas, que venham a ser adquiridos pelas cooperativas; a concorrencia do Poder Público nos transportes dos produtos do campo, inclusive com caminhões, para a eliminação maior do intermediário transportador, um dos fatores de distúrbio social; a criação de postos de saúde, nos grandes bairros rurais, com consultas médicas gratuitas e distribuição de remédios de graça, no combate à malfeita, à opilação e à tracôma e outras moléstias endêmicas; a criação de um tipo higiénico de casa, para todas as colônias; o ensino primário obrigatório e gratuito em escolas rurais; a formação de sindicatos livres de trabalhadores rurais.

Colonos e sítiantes, empreiteiros e camaradas, agregados e piões, uni-vos como diz desejar o Governo, uni-vos, acreditando apenas na própria força, para a nossa redenção econômica e social!

A COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

O PROJETO DE LEI SINDICAL

A Comissão Municipal da Capital decidiu concentrar seus esforços no sentido de levantar o trabalho sindical do partido, tomando, para esse efeito, a oportunidade da apresentação à Câmara Federal do Projeto de Lei Sindical como ponto central da campanha. Tendo essa decisão sido aprovada e recomendada pela Comissão Estadual do PSB, "FOLHA SOCIALISTA" abre as suas colunas para a discussão. Não somente do projeto apresentado pelo companheiro João Mangabeira, como em geral dos principais aspectos do problema sindical na atualidade. O artigo que se segue é uma contribuição para essa campanha, e os próximos números deste Boletim trarão novos elementos para a discussão da matéria.

Se eliminarmos as declarações do comp. João Mangabeira sobre a apresentação do projeto de lei de organização sindical — o projeto não é socialista porque o parlamento não o é, etc. — e examinarmos atentamente o trabalho do comp. presidente da C. N., veremos que ele representa

(cont. na 2ª página)

UMA OPINIÃO DE MARX

Um dos grandes argumentos, talvez o maior deles, que levam nossos socialistas a optar pela Rússia sempre que, em última instância, lhes cabe escolher, é o de que dia a dia mais se torna imprescindível preservar a "pátria do socialismo".

Que essa pátria não é a do socialismo já o demonstraram inúmeros escritores e o comprovam as leis promulgadas na Rússia nestes últimos dez anos. Sem as matanças e os sacrifícios da União Soviética encontra-se a Inglaterra quase tão avançada na socialização. E na Inglaterra nada perderam com a experiência a liberdade e a democracia. Só os cegos não o percebem.

O que aconteceu na Rússia foi apenas um "grilo". Gilou-se o socialismo para melhor executar um programa imperialista asiático e de que isso podia ocorrer, ocorreria fatalmente, tem-se a profecia no próprio Marx, que se atemorizava ante a perspectiva de uma invasão mongólica do ocidente.

Eis o que ele próprio escreveu a esse respeito por volta de 1850 e que nos comunica o sr. François Honti no numero de Dez. de 1947 da "Revue de Paris": "o panslavismo está dispostos a sacrificar à barba russa-mongol oito séculos de participação efetiva na

Marx se visse o momento atual. civilização". Marx chama ainda a atenção do proletariado do ocidente para a forma aparentemente democrática e socialista que poderia assumir o imperialismo slavo e "que não difere em suma senão pela fraseologia e a hipocrisia do panslavismo vulgar" e confessado do tempo dos Czars.

Mas esse pobre Marx, como outros tantos grandes homens, só é invocado quando se trata de justificar um dos esquemas estúpidos de que se valem os defensores do falso socialismo russo. Fora disso ninguém se lembra dele. O marxismo não é uma doutrina imutável, dizemos os adeptos de Stalin, ao apontarmos essas divergências do mestre. Entretanto, se alegamos que a sociologia marxista foi ultrapassada, logo se revoltam os stalinistas em nome da ortodoxia marxista. Deante da reprodução dessas palavras de Marx em 1850 não faltará quem alegue que êle não podia imaginar uma República Soviética russa, que a Rússia para êle era o Império e a forma "democrática e socialista" não se referia à forma atual do sistema russo. Evidentemente a interpretação postuma do pensamento de um homem permite todos os devaneios. Nunca diremos com segurança o que faria

(cont. na 2ª página)

Tribuna de discussão socialista

O artigo, que a seguir publicamos, do companheiro Aristides Lobo, defende, a respeito da situação dos vereadores socialistas convocados em consequência da anulação da eleição dos candidatos do P.S.T., um ponto de vista inteiramente diverso do adotado oficialmente pelo Partido Socialista, através as manifestações da Comissão Mu-

nicipal e da Assembléa Geral da Capital, e da Comissão Estadual.

É ele publicado, entretanto, como um elemento para a discussão desse assunto, e também porque desejamos abrir, nas colunas deste Boletim Interno, um canto reservado às discussões internas do partido.

Si as decisões dos organismos dirigentes são obrigatórias para todos os membros do partido, isso não impede que, dentro de nossos quadros, cada qual conserve a liberdade de expor o seu próprio ponto de vista. Isso nos parece essencial num partido democrático. — A REDAÇÃO.

Mandatos de fato e Mandatos de sobre

No dia 19 de janeiro de 1947, o eleitorado paulista, representado nas urnas por 1.130.989 votos, atribuiu a 66 cidadãos e a mais nenhum, a missão de defender na Assembléa Constituinte os interesses do povo. O ciente eleitoral era de 15.079 votos e resultara da divisão de 1.130.989 por 75 cadeiras. Deixou então de ser eleito o nosso candidato Alípio Correia Neto, que obteve 14.410 votos. Faltaram-lhe apenas 669 para tornar-se portador de um mandato de fato.

Pouco importava que Alípio Correia Neto, por uma questão de moral e de justiça, devesse ocupar uma das 9 cadeiras restantes. Era ele o primeiro colocado entre os candidatos de todos os partidos que não haviam conseguido atingir o ciente eleitoral. Pouco importava. Essa consideração não tinha e não tem o menor valor perante o monstruoso texto legal surgido do cérebro do sr. Agamenon Magalhães. As 9 cadeiras restantes no parlamento do Estado foram doadas licitamente ao P. S. D., que pôde assim gozar-se de ser ali representado, não só por 17 legítimos mandatários, mas também por 9 deputados de sobre...

Por igual sistema de lambuja, seria beneficiado no Distrito Federal o Partido Comunista. E não só no Distrito Federal: também em São Paulo, nas eleições municipais de 9 de novembro último. O ciente eleitoral era então de 7.687 votos, de maneira que um dos candidatos do Partido Socialista, Antenor Bettarello, pela falta de apenas 1.965 votos, deixara de ocupar uma cadeira ao lado do nosso companheiro Cid Franco. Os "insuficientes" 5.722 votos do P.S.B. iriam beneficiar exatamente o Partido Comunista, que, como o P. S. D. em janeiro de 1947, afilhado involuntário do sr. Agamenon Magalhães, incorporaria à sua representação um punhado de vereadores de sobre. Pareciam estar de parabéns, a um tempo, o sr. Luiz Carlos Prestes e o sr. Vitorino Freire, o homem que no seu Estado natal, o Maranhão, faz distribuir milhares de retratos do general Dutra com esta maravilhosa legenda: "O maior de todos os maranhenses".

Eis, porém, que surge no cenário político de São Paulo, à undécima hora, a discutida decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre os candidatos registrados sob a legenda do P. S. T. Os vereadores comunistas perdem o mandato, inclusive aqueles que só o conquistaram através das sobras eleitorais. E Antenor Bettarello foi ocupar seu posto na Câmara Municipal, involuntariamente be-

neficiado por uma decisão judiciária, como beneficiado involuntariamente fora o Partido Comunista pelas artes da lei Agamenon. Com uma diferença, todavia: no caso atual, o P. S. B. lucrou somente 1.965 votos, ao passo que os comunistas, no caso anterior, se aproveitavam da respeitável sobre de 5.722 votos legitimamente dados a um nosso companheiro.

De discussão que o Tribunal Superior Eleitoral cometeu um erro. Ficamos na mesma. Pois também de um erro — moral ou intelectual, pouco importa — não resultou a germinação da lei eleitoral na cabeça do sr. Agamenon Magalhães?

Há quem opine, em nome da "decência", pela renúncia dos nossos vereadores socialistas. Que outros, entretanto, iriam para os seus lugares? Por outro lado, quem melhor do que um socialista, defensoria os princípios do Socialismo e da Liberdade? E quem protestaria contra a extinção dos mandatos?

Não, não somos idiotas. E é essa também a razão pela qual jamais transformaremos os nossos mandatários em porta-vozes do Partido Comunista. Estivemos sempre separados e assim continuaremos. Precisamente porque somos socialistas, e não o contrário: democratas, e não o contrário.

De resto, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral está certa. Decisão errada foi a do Tribunal Regional, ao registrar os candidatos do P. S. T., cujo diretório em São Paulo não tinha existência jurídica. E, por isso mesmo, para sanar esse erro, devia o Tribunal Regional convocar novas eleições. O desembargador Mario Guimaraes invocou a lei, mas a lei nada tem que fazer nesse caso excepcional, isto é, ela não pode ser aplicada a uma situação que resultou precisamente da sua falta de cumprimento anterior, ou do seu cumprimento inadequado. O direito era reconhecer o que foi cometido errado, e não procurar "acertar" em cima de um erro fundamental. Eis porque o Partido Socialista Brasileiro clama pela realização de novas eleições municipais.

A extinção dos mandatos comunistas é outro caso e contra ela

protestamos vigorosamente. É um crime hediondo contra a democracia, que fica assim impedida de patentear ao povo a sua superioridade sobre os métodos totalitários do Partido Comunista. Estaremos impossibilitados, doravante, de assistir a novas alianças de Prestes com Getúlio, Ademar, Cirilo. Graças a esse golpe absurdo do governo Dutra, não mais assistiremos ao decrescimento vertiginoso dos votos comunistas nas urnas eleitorais. Chega-se a ter a impressão de que se firmou secretamente um acordo entre os governos da Rússia e do Brasil.

Nem por serem os totalitários bolchevistas as vítimas diretas e pessoais da extinção dos mandatos, deixa esse crime de alicerces do regime democrático. A atenuante é meramente sentimental. Do ponto de vista político, o erro não poderia ser maior. É uma capitulação da incipiente democracia brasileira ante os métodos postos em prática na Iugoslavia, na Bulgária, na Rumania, na Albânia e em toda parte onde se faz sentir a influência do barbarismo soviético.

O fenômeno, aliás, não é isolado nem novo. Na Alemanha, antes da ascensão de Hitler ao poder, os comunistas uniram-se eleitoralmente aos nazistas para enfrentar a social-democracia. Agora, na França, fala-se abertamente na união entre os comunistas e os adeptos de De Gaulle contra a "terceira força". No Brasil, em 1945, vimos Prestes aliar-se a Getúlio para a convocação de uma Constituinte que, pelo voto indireto, elegeisse o ex-ditador para um novo período presidencial.

Em meio a essa confusão geral, só o Partido Socialista tem rumos claros, permanecendo fiel aos seus princípios e objetivos. Do outro lado, embora aparentemente contraditórias, caminham na mesma direção totalitária as forças mais retrogradadas da atualidade política: Getúlio, Prestes, Dutra, Ademar, Agamenon, Ivo de Aquino e caterva. Por outras palavras: o oportunismo, a aventura, a estupidéz, a demagogia, as sobras eleitorais e a extinção de mandatos.

ARISTIDES LOBO

O PROJETO DE LEI SINDICAL

(continuação da 1.ª página)

ta meio caminho andado no sentido da completa liberdade de organização sindical.

Evidentemente, o projeto tem vários defeitos e alguns a nosso ver muito graves, dando poderes ao governo para controlar — ainda que disfarçadamente — a vida sindical. É lógico que o projeto irá merecer reparos por parte dos companheiros socialistas, tendo em conta o processo de que se serviu o comp. presidente para elaborar uma lei de tanta importância para a vida política do país: inicialmente apresenta o projeto ao Parlamento e depois pede a opinião do partido. Consignamos aqui nossa estranheza ante tal procedimento.

O projeto em apreço representa um avanço sobre a legislação getulista. Animado de um espírito liberal, revoga em seu art. 81 o título V do decreto lei de 1/5/43, o famigerado decreto 3452 sobre a vida sindical; permite a sindicalização dos empregados nas empresas nacionalizadas e autarquias; permite a livre constituição dos sindicatos em federações e destas em confederações e, o que nos parece mais importante em face da portaria do ministro Figueiredo que comentamos no artigo anterior, impede que quaisquer associados sejam prejudicados em seus direitos em virtude de suas convicções políticas, religiosas, filosóficas, etc. (atr. 21.º).

Mas, se o trabalho tem estas vantagens, apresenta senões que poderiam ter sido evitados caso o comp. presidente pedisse a opinião dos órgãos inferiores do partido antes de apresentar o projeto. Devido à falta de espaço apontaremos apenas aqueles pontos que julgamos mais importantes, abrindo assim a discussão em torno do assunto, o que nos irá facilitar a elaboração daquela linha política de ação sindical que reclamamos.

O primeiro problema é a maneira da constituição dos sindicatos: se eles serão organizados na base da profissão de seus membros ou se, pelo contrário, reunirão todos aqueles que trabalhem em uma mesma fábrica.

por exemplo, embora de profissões diferentes. Cremos que como está colocado no projeto — por profissão — o problema não é resolvido da melhor maneira. Os sindicatos por profissão isolam em compartimentos estanques os vários setores da classe operária, criam um certo espírito de casta e, o que é mais importante, impedem que os empregados de uma mesma fábrica ou empresa lutem contra o patrão por meio da ação sindical. Sómente quando o problema afetar todos os trabalhadores de uma mesma profissão, isto é, quando a luta for contra os patrões é que a ação sindical organizada poderá ser levada a cabo. O sindicato por empresa, ao contrário, fazendo participar da mesma organização contadores, porteiros, escrivães, tecelões, etc., dá uma maior consistência à classe operária, uma maior combatividade e permite a luta contra o patrão isolado. Pelo sindicato de empresa fica estabelecida a unidade organizatória do proletariado diante do patrão. Em cada fábrica, em cada empresa, só há um sindicato representando todos os trabalhadores da mesma.

A sindicalização dos empregados das empresas nacionalizadas e autarquias é, ao lado do art. 21 que citamos, uma das maiores qualidades da lei. Mormente nestes tempos em que a tendência geral é a centralização da economia nas mãos do Estado, os dispositivos que impedem a sindicalização dos empregados — presentes nas leis anteriores — arma de que se vale o Estado para manter acorrentada e oprimida a classe operária. Um reparo deve ser feito ao projeto, quando diz que esta sindicalização se regerá por lei especial. Cremos que, sendo idênticos os problemas dos trabalhadores, a mesma lei deve servir para todos.

Ao fixar no art. 6.º as obrigações dos sindicatos, diz o projeto que entre elas está a de exercer suas atividades dentro dos princípios democráticos da Constituição. Ora, nesta fase de reat-

(conclue na 4.ª página)

UMA OPINIÃO DE MARX

(conclusão da 1.ª pag.)

Uma cousa é certa porém: a desconfiança manifesta de Marx, a sua preocupação por ver na atividade da política exterior russo-mongólica um motivo de perigo desequilíbrio europeu. A situação desde essa época não se modificou. Freiado o expansionismo russo durante algumas décadas, em virtude dos reveses de uma máquina militar antiquada, retorna a Rússia hoje o caminho dos Balcãs e dos Dardanelos. Desta feita de um modo mais grave porque à custa do sossego social do resto do mundo. O bolchevismo totalitário, aproveitando-se com inteligência das crises econômicas dos anos recentes, e que a incapacidade burguesa não pode resolver, lança a confusão das reivindicações políticas (não trabalhistas!), pois enquanto os povos estiverem às voltas com seus problemas internos, terá a Rússia folga suficiente para os avanços que premedita.

Está escrito que a humanidade jamais escolherá a solução mais lógica e mais barata para as suas dificuldades. Assim, agora, em vez de reestruturar a democracia no sentido da maior justiça e da mais ampla liberdade, o que acabaria por certo com pelo menos metade dos trunfos soviéticos, os adversários da Rússia estudam novas armas de guerra. À corrida à felicidade coletiva substitui-se cegamente a corrida armamentista.

Porisso se não devemos optar pela República Soviética não nos é possível tão pouco aplaudir os seus adversários. Sómente a contra-gosto e sem convicção assumiremos tal ou qual posição se forçados pelas circunstâncias. O que faremos sempre com consciência será permanecer onde estamos, na trincheira da luta honesta e dura pela verdade socialista, pela verdade da justiça e da democracia.

SERGIO MILLIET

PREÇO DESTE EXEMPLAR

Cr. \$ 1,00

Pague o preço do seu exemplar da FOLHA SOCIALISTA, afim de permitir a salda regular do Boletim do Partido.

Bases para a defesa da Democracia

1) — A 25 de agosto de 1945, um grupo de brasileiros, com um passado de lutas pelo progresso social do nosso povo, depois de haver analisado, em seguidas reuniões, o panorama internacional e a situação interna do Brasil, lançou o "Manifesto da Esquerda Democrática". Racionalizados, a princípio, pelos comunistas e, depois, duramente por eles atacados, os fundadores da ED foram, por outro lado, combatidos sem piedade pelos reacionários de todos os matizes. Entretanto, eles haviam redigido o mais importante documento político destes últimos anos, em nossa Pátria.

Realmente, o "Manifesto" defendia três pontos fundamentais: a) no terreno econômico, a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas de nosso desenvolvimento, garantida a propriedade, enquanto ela for útil ao indivíduo, sem ser prejudicial à coletividade; b) no terreno político, a realização dessa transformação, democraticamente, pela vontade da maioria popular, expressa em urnas livres e respeitadas as liberdades fundamentais do homem; c) no campo moral, o reconhecimento de que é possível chegar-se às duas primeiras conclusões e lutar por elas, quaisquer que sejam as convicções filosóficas ou as crenças religiosas de cada um, que tem o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência.

Eis ali a estrutura do "socialismo democrático", preconizado, em 1945, pelos signatários do Manifesto da Esquerda Democrática.

2) — A doutrina ali defendida significava uma superação de divergências ideológicas, que, tradicionalmente, impediam a união de correntes políticas que se batiam, entretanto, pelas mesmas soluções econômicas para o problema das desigualdades sociais. Este o mérito principal do "Manifesto".

Desnecessário, na verdade, é que alguém aceite a teoria do materialismo histórico para concluir que os meios de produção não podem ficar nas mãos de particulares, desde que impeçam o desenvolvimento econômico do país. Quem, por exemplo, poderá justificar, em nossos dias, a permanência de uma minoria que monopolize de fato um determinado serviço, como propriedade privada? Seja materialista ou espiritualista, cristão ou positivista, pode qualquer um defender a socialização desse meio de produção, sem quebra de convicções mais profundas.

Por outro lado, quando se põe em relevo a necessidade de suprimirem-se as desigualdades sociais, valorizando, na economia, o trabalho humano e elevando, na sociedade, os trabalhadores — e aí está o cerne da questão operária — não há razão para admitir-se que se torna impracticável, para isso, a aceitação do ateísmo ou do anticlericalismo. Até porque esse anticlericalismo é uma invenção da burguesia liberal, e não, do proletariado. O atei-

smo e o anti-clericalismo, tanto quanto o clericalismo e a laicismo, são neste século, cacetes burgueses. Os verdadeiros socialistas, como os cristãos autênticos, que se batem pela "ascensão das massas", não temem o rompimento das estruturas", já ultrapassaram aqueles preconceitos seculares. Combatem católicos que lutam por essa transformação social, e não os cristãos, nem dos cristãos — é obra reacionária. Aí está o exemplo do que acontece, nestes dias, a Sobral Lima, Hamilton Nogueira, Amoroso Lima e a tantos outros, contra os quais a reação range os dentes, raivosa e rancorosa.

3) — O liberalismo quer que o social e o econômico sejam peças justapostas, sem a menor ligação, assim como uma coroa de ouro num dente de ouro, para citar uma figura de M. R. Loew. O marxismo entende, ao contrário, que o social é uma simples consequência do econômico. Mas a verdade é que existe uma interpretação vital do econômico e do social. "O social" — diz aquele autor — está, se se quiser, à superfície do econômico, mas como a pele está à superfície do corpo. Ele é a epiderme do corpo econômico. Sua saúde é a mesma do corpo inteiro, mas, ao troco, ela lhe dá o equilíbrio de suas relações com o meio exterior". O social reflete os males do econômico, mas este se perturba também com os males daquele. Não há que haja socialismo na economia; é preciso que haja também liberdade para o homem: — socialismo democrático — eis o pensamento do Manifesto da Esquerda Democrática.

4) — As conclusões a que chegaram, em 1945, os signatários daquele documento político, eram, ao mesmo tempo, proclamadas em outros países, sobretudo na França e na Inglaterra, onde os sofrimentos da guerra impuseram uma renovação espiritual. Assim, apesar de nitidamente socialista, o Labour Party abrigava, em suas fileiras, marxistas, cristãos de várias seitas protestantes e católicos apolíticos romanos e, pela palavra de Harold Laski, proclamava o socialismo democrático. Na França, formava-se o Mouvement Republicain Populaire (MRP), tendo por base os trabalhadores católicos, mas também apoiado por milhões de pessoas de outras crenças religiosas ou convicções filosóficas. No ser exto a Constituição Francesa de 28 de setembro de 1946, submetida ao referendado de 13 de outubro do mesmo ano, sentiu-se o MRP ligado ao Partido Socialista Francês (SFIO) na luta pela inclusão no texto constitucional de disposições fundamentais, como estas: "Todo homem ou empresa, cuja exploração tenha adquirido os caracteres de serviço público nacional ou de monopólio de fato, deve tornar-se propriedade da coletividade. Todo trabalhador participa, por intermédio de seus delegados, na determinação coletiva das condições de trabalho, assim como na gestão das empresas". A Constituição assentou ao indivíduo e à família as condições necessárias a seu desenvolvimento". E as primeiras

palavras do Preâmbulo da Constituição são estas: "Após a vitória alcançada pelos povos livres sobre os regimes que tentaram escravizar e degradar a pessoa humana, o povo francês proclama de novo que todo ser humano, sem distinção de raça, de religião ou de crença, possui direitos inalienáveis e sagrados".

5) — A consequência mais lógica dessa unidade de pensamento, era a reunião do MRP e do SFIO a outras orfãs dos dois grandes partidos franceses na chamada Terceira Força, que, organizações políticas e operárias, em torno do que Pierre Vianson designou por "binômio socialista-democrata cristão". O apelo para a formação da Terceira Força é firmado como foi o Manifesto da Esquerda Democrática, por "personalidades e grupos vindos de horizontes os mais diversos": Gerard Jaquet, Albert Gazier da SFIO, François de Monthom e Robert Prigent do MRP e François Mauriac, Remy de Mur e Claude Bourdet, todos redatores dos principais jornais parisienses, tais como *Le Populaire*, *Figaro*, *Monde* e *Combat*. Dezenas de outras personalidades filiadas a outros partidos subscreveram o apelo.

A sua finalidade é clara. Lutar contra a implantação da ditadura comunista, mas também combater por igual a ditadura do capitalismo burguês. Não basta, porém, enfrentar as duas ditaduras; é preciso lutar por alguma solução melhor para o povo: — lutar pelo socialismo democrático.

É evidente que a Terceira Força terá de enfrentar muitas dificuldades e incompreensões, antes de se transformar no grande fator do progresso político e social do povo francês, eliminando as causas da crise econômica e destruindo os obstáculos que lhe criaram os seus maiores adversários: o capitalismo internacional e o expansionismo russo. Ninguém, todavia, há de negar a importância do movimento.

6) — Outro não era o objetivo dos fundadores da Esquerda Democrática, que, posteriormente, se transformou no Partido Socialista Brasileiro. Aquil também tiveram eles de lutar — e ainda lutam — contra a incompreensão do meio e muitos foram os momentos em que precisaram de agir, energeticamente, a fim de que não fosse substituída a sua orientação política, de dois anos atrás, pela orientação está consolidada, sobretudo pelos exemplos vindos do exterior. Resta, porém, cumprir uma tarefa essencial.

No Brasil, para repetir uma afirmação que fizemos em junho de 1947, "estamos num dilema: ou os homens que encaram, da mesma forma as soluções dos problemas fundamentais da ordem econômica, se reúnem num mesmo partido e agem, com vigor, junto às massas populares, resguardando as liberdades essenciais à pessoa humana e neutralizando, democraticamente, a ação do Partido Comunista; ou tudo continua como está, injusta-

dos os democratas em vários partidos que se entrevejam por motivos secundários, e, neste caso, o médo ao comunismo tornara vitoriosa a reação e, surgira, inexoravelmente, o nicolascismo que, depois de liquidar o Partido Comunista, liquidará os demais organismos democráticos".

A união das correntes socialistas-democratas, numa única força, é a maneira mais eficiente de defender-se a forma representativa de governo, inscrita na Constituição Federal.

7) — A defesa do Parlamento é a primeira tarefa dos que pretendem defender a Constituição da República, porque contra ele é que, preferencialmente, se lançam os partidários das ditaduras, os golpistas da direita ou da esquerda. Não há reacionário neste país que não se julgue no dever de criticá-lo, porque é sempre um obstáculo ao cesarismo de uma ou às negociações de outros, cesarismo e negociações que têm o seu clima propício nas ditaduras, intrinsecamente corruptas. Não há também nenhum suspeito de venalidade que não se arroque o direito de torpedear qualquer união de forças destinada a lutar por que o Brasil resolva, com a cessação de uma ou das negociações, as suas dificuldades políticas e econômicas, normais na vida de qualquer nação. Mas isto não deve entulhar os democratas e socialistas. São opiniões que serão ouvidas, em nossa Pátria, como estão sendo derrotadas na Inglaterra e na França.

O povo brasileiro deve prestar atenção aos exemplos de nossa passagem. Abolida a monarquia, sucederam-se dois períodos presidenciais intranquilos, com golpes e revoluções, antes que se normalizasse, em Campos Sales, a vida republicana. Não se passa de um regime a outro sem uma difícil readaptação de métodos políticos e sem a necessária renovação da mentalidade dos líderes.

O dever dos socialistas e democratas é, nesta hora, aplicar a sua inteligência e a sua capacidade de ação, no sentido de criar condições tais que a passagem do regime ditatorial que vigorou até 1945, para o regime constitucional, seja feita pacificamente, neste e nos seguintes períodos presidenciais, evitando que se reproduzam os erros que, depois de promulgada a Constituição de 1934, conduziram o país ao desastre de 1937.

Mas esta obra de defesa do regime democrático tem de basear-se sobre uma doutrina que afie os imperativos da liberdade política e civil à necessidade de acelerar a transformação da estrutura econômica, de modo a possibilitar a solução dos problemas que mais afligem ao povo. No Brasil, não surgiu até agora, um corpo de princípios mais adequado a esse objetivo que o exposto no Manifesto da Esquerda Democrática e que constitui a linha essencial do programa do Partido Socialista Brasileiro, sob o lema socialismo e liberdade, vale dizer, socialismo democrático.

DOMINGOS VELASCO

1.º CENTENÁRIO DO MANIFESTO COMUNISTA

O ano de 1948 vê transcorrer o primeiro centenário da publicação do "Manifesto Comunista", que Karl Marx e Frederick Engels redigiram, por incumbência da "Liga Comunista", no congresso que essa organização realizou em Londres, em outubro de 1847. Seu manuscrito foi entregue à impressão pouco antes de Fevereiro do ano seguinte.

Esse documento, que teve por longo tempo uma influência direta considerável sobre o movimento internacional, pelo fato de sintetizar as conquistas teóricas do socialismo de maneira aceitável para diversas correntes do movimento, e também por lançar as linhas mestras do que ficaria conhecido como "a doutrina marxista" — conserva um lugar de destaque entre a literatura operária e socialista internacional.

O Partido Socialista Brasileiro, que pela sua seção de São Paulo decidiu comemorar o 1.º Centenário desse importante documento, não pretende entretanto, dar a essas comemorações o caráter de adesão indiscriminada a os princípios e idéias que no

mera recordação de um acontecimento que se destaca no calendário socialista.

De acordo com a decisão da Comissão Estadual, as comemorações a serem realizadas terão um caráter acentuadamente crítico e educado, destacando-se pela oportunidade, que concedem, de revertermos as principais modificações práticas e teóricas ocorridas nesse intervalo de um século, de modo a se fixar o que perdura, hoje, para os socialistas, de tudo o que se continha no Manifesto de 1848, e aquilo a que a evolução mundial de um século veio a dar, hoje, uma feição inteiramente diversa.

As comemorações previstas deverão ser abertas por uma conferência a ser proferida pelo companheiro Edgard de Castro Rebelo, da Comissão Nacional do partido e professor da Universidade do Distrito Federal, seguindo-se outras palestras dos companheiros Eduardo França, Aziz Matias Simão, Lourival Gomes Machado, Febus Gikozate e Antonio Candido.

As datas dessas palestras, que serão públicas, serão previamente anunciadas.

Ademais, "Folha Socialista" inserirá, a partir de seu próximo número, uma série de artigos sobre o mesmo tema.

VIOLÊNCIA POLICIAL

contra um membro da Comissão Estadual do P. S. B.

Subscrito pelo companheiro Wilson Rahal, deu entrada, no Tribunal de Justiça do Estado, um pedido de "habeas-corpus" em favor da companheira Olda Botto Malanconi, vítima de uma inaudita violência policial, consistente na proibição de que a mesma, no uso dos mais elementares direitos assegurados pela Constituição do país, se locomova livremente pelo território do Estado, e se desincumbia das atividades políticas que lhe competem como membro da direção de um partido devidamente registrado no Superior Tribunal Eleitoral.

Por determinação do Co-

missão Estadual, a companheira Holda deixara esta Capital afim de visitar diversas cidades do Interior do Estado, nas quais deveria pôr-se em contato com as nossas organizações, afim de verificar a situação das mesmas e proceder a trabalhos de reestruturação partidária.

Tendo passado primeiramente por São Roque, e dirigindo-se depois para Sorocaba, notou a companheira Holda, a partir desta cidade, que era seguida passo a passo por inspetores de polícia. Como, entretanto, se encontrasse no exercício de uma atividade normal e assegurada pela lei, não deu

ao fato maior importância. Deixando Sorocaba, porém, e ao desembarcar em Baurú, foi abordada por um inspetor da Ordem Social, que a deteve incommunicavel, impedindo-a de permanecer na cidade e forçando-a a tomar o trem de volta. Nesta capital foi, sempre incommunicavel, encaminhada para a Delegacia de Ordem Social, onde teve a sua bagagem revista e lhe foi comunicado que ficava proibida de ausentar-se da cidade, sob pena de ser novamente presa.

Como se vê, encaminharam-se as autoridades policiais do Estado para a sen-

riedades indiscriminadas. Sonham, sem dúvida, com o retorno aos negros tempos do Estado Novo, quando qualquer "tira" era dono e senhor da vida de cada cidadão, e não existia a menor garantia às liberdades fundamentais.

Esperamos que o Tribunal de Justiça, tomando conhecimento dessa inominável violência, saiba assegurar os elementares direitos políticos que se encontram em jogo, concedendo o "habeas-corpus" solicitado, para que o Partido Socialista possa prosseguir normalmente em seus trabalhos de propaganda e organização partidária.

ANALISE DO ADEMARISMO

Se o leitor da imprensa burguesa não fizer um esforço pessoal de análise, a idéia que lhe vem da situação política é a de que certos homens caracterizados como verdadeiros lobos em máscaras de fábula, causam voluntariamente toda a confusão e são responsáveis pelo descalabro do país. Tal ponto de vista, mais ou menos ingênuo conforme o jornalista, supõe que o homem — no caso um homem — é capaz de dirigir a história à sua vontade. O raciocínio corrente da burguesia liberal — representada sobretudo pela UDN — é mais ou menos o seguinte: houve uma revolução democrática em 1930, contra a oligarquia das situações estaduais conservadoras; esta situação teria trazido paz, ordem, progresso, se o chefe de governo provisório — sr. Getúlio Vargas — não se houvesse revelado um maquinador diabólico. Como isto se deu, adveiu — por obra da sua vontade e conivência de alguns espanhigados — a ditadura estadonovista, que meteu-nos pés pelas mãos, prendeu gente, desgovernou o país, etc. A 29 de outubro de 1945, um golpe salvador apoiou o poder o tiranete odioso e o povo pôde, em seguida, exprimir nas urnas a sua vontade. Mas como vários anos de opressão haviam abafado a voz dos homens honestos, a escolha popular recaiu muitas vezes em homens indignos, como foi, em São Paulo, o caso do sr. Ademar de Barros, discípulo e émulo do ex-ditador. Uma vés no governo, o governador eleito se mostrou aluno aproveitado e nada mais tem feito que desgovernar e arruinar a economia e o caráter paulistas.

Neste esquema ha algumas verdades e muito simplismo. Nos momentos de crise — como o que atravessamos desde 1939 — o controle político escapa quase de todo às mãos dos homens, porque os acontecimentos se precipitam de tal maneira que as normas habituais de governar se revelam ineficazes. O que importa não é traçar o perfil demoníaco do sr. Getúlio Vargas e do sr. Ademar de Barros, dando-lhes uma categoria maquiavelica que absolutamente não os pos-

suem; importa analisar os fenômenos coletivos que, à falta de melhor nome, chamamos getulismo e ademarismo.

O ademarismo é expressão de novas tendências político-sociais resultantes da ultima guerra, e o sr. Ademar de Barros é um líder momentaneo, que poderá amanhã dar lugar a outro. Basta um aranco mais coeso das oposições conservadoras, ou uma intervenção mais acentuada do governo federal, para pôr termo ao seu prestígio; no entanto, a tendência persistirá. Se os liberais não vivessem de ficções ideológicas, deveriam reconhecer que o ademarismo zinda é das melhores canoas para a burguezia, porque é a que com mais

eficiencia é capaz de simular concessões avançadas sem na realidade nada comprometer da estrutura capitalista, que os liberais querem preservar.

No primeiro artigo sôbre "A situação brasileira" publicado neste boletim escrevi que o ademarismo era um meio caminho entre o trabalhismo demagogico e os anseios arrivistas da pequena burguezia. A união Ademar-Borghí veiu confirmar o ponto de vista, mas zgora os fatos já nos permitem levar mais avante a análise do fenomeno. O ademarismo tem sucesso e terá sucesso com este ou outro nome, a despeito da inepcia dos seus chefes, porque ele é, no momento, e até

que apareça solução mais util para a burguezia, o anfíbio politico. capaz de apelar ao mesmo tempo para os trabalhadores, as populações urbanas do interior e os arrivistas da finança e da industria. Por meio do trabalhismo demagogico, poderá substituir junto às massas o prestígio emocional do getulismo, e é com esta fachada que se apresentará nas capitais. As populações das cidades do interior são culturalmente intermediárias entre a mentalidade do campo e a da cidade grande. O seu espantallo politico mais proximo é a recordação da oligarquia dos coronelões; de modo que desejam um regime em que se faça sentir a pre-

sença do governo e que se dirija particularmente ao homem médio. O ademarismo apela para a sua imaginação com uma propaganda vistosa de dinamismo (autoestradas, hospital das clinicas, etc.) e garantia de combater o comunismo. É um movimento politico sem doutrina (o que satisfaz à preguiça mental do pequeno burguês) bastante parolheiro e irreverente para lhe parecer progressista (pois para ele a solenidade e a afetação de honra se confundem com a lembrança dos coronelões) e ao mesmo tempo bastante respeitador da propriedade para garantir o seu sociego. Não falando da satisfação que as maneiras desenvolvidas do governador e do seu grupo causam numa sociedade, como a do interior, que perdeu o antigo estilo de vida e não adquiriu novos nesta fase de transição para a civilização urbana. O governador e o seu grupo representam a irreverencia pouco construtiva, tão ao sabor das classes médias nos períodos de crise, porque é uma arma que serve para quebrar a predominância hierarquica da aristocracia e não basta para revolucionar as instituições. A adesão da burguezia ao ademarismo depende, para se consumir, de puras manobras politicas; o ademarismo é para ela um belo escudo, com a sua demagogia que nada modifica.

Finalmente, como é um movimento de compromissos sucessivos e adaptações infinitas, o ademarismo é o clima ideal para os arrivistas — os homens que desejam carreiras rápidas e fortunas rápidas. Sendo um movimento transitorio e historicamente passageiro, tudo nêle se compõe e recompõe ao sabor da necessidade; não tendo fisionomia definida nem tradição ideologica, tudo cabe nele; é portanto, o paraíso do parvenu.

Pela rapida analise feita, podemos ver que o ademarismo representa função social parecida com a que representou o fascismo no periodo entre as duas guerras mundiais. Numa nota proxima, procurarei aprofundar a análise esboçada nesta.

O PROJETO DE LEI SINDICAL

(conclusão da 2.a pag)

ção que atravessa o Brasil, os "princípios democráticos" da Constituição são letra morta. E o são ainda mais quando, por ex., ela condena os processos violentos de luta social — a greve, a greve de fome, a greve de fome, portanto, para nossos pacatos e endinheirados burgueses. Não é preciso ir mais longe. Fazer conferencias sobre Marx e o "Manifesto Comunista" é atividade subversiva da ordem publica e o jornal comunista "Hoje" é suspenso por insultar as autoridades e pregar a revolução social (?) por incitamento à greve, etc. Quando os sindicatos se livrarem do jugo do Ministério e colocarem as reivindicações operárias, irão muitas vezes à greve. A lei permitirá ao Estado aplicar as sanções cabíveis.

Um dos problemas mais graves que o projeto levanta e que tratamos em nosso artigo anterior é o da relação entre os sindicatos e os partidos políticos. Evidentemente, o com. Mangabeira, pelo que se deduz do art. 7.º da lei, participa de nossa opinião a respeito da independencia dos sindicatos com relação aos partidos políticos. Mas somos de opinião que a solução por ele apresentada para o problema é demasiado perigosa para o movimento operário. Diz o art. 7.º que é proibido aos sindicatos exercerem atividades partidárias ou permitir que elas se exercem em sua sede, sendo as diretorias que permitirem tal coisa afastadas por decisão dos tribunais sindicais.

O perigo de tal dispositivo nos parece enorme. Quando um partido politico, fazendo-se porta voz dos trabalhadores, apresentar e defender medidas no parlamento e os sindicatos emprestarem sua colaboração a tais medidas, poderão ser acusados de estarem a serviço do partido. E ainda acresce o fato da expressão "partidária" ser de

certa maneira indefinida. Creemos que a independencia dos sindicatos frente aos partidos políticos somente será conseguida através de uma militancia sindical constante e não por meio de leis, as quais somente servem para fortalecer a impressão de que o Estado é quem soluciona tudo.

O imposto sindical é conservado pelo projeto do comp. Mangabeira. Esta contribuição compulsória que, no presente, serve para justificar a intervenção ministerial nos sindicatos e alimentar os burocratas da Comissão do Imposto Sindical, continua no projeto em questão a permitir que os burocratas da C.I.S. dele se alimentem e vai servir para pagar os elevados subsídios dos membros dos tribunais sindicais. O imposto sindical, apesar da lei ser omissa, continuará permitindo a intervenção nos sindicatos, uma vez que o procurador que funciona junto aos tribunais sindicais fica encarregado da fiscalização de seu emprego.

A alegação de que sem o imposto os sindicatos não vivem, não procede. O passado está aí para mostrar que antes da inoção getuliana, os sindicatos existiam, legalmente ou não, lutavam bravamente pelos interesses dos sindicalizados e ainda, em muitos casos, mantinham serviços de assistência, graças, exclusivamente, às contribuições dos sindicalizados. Dizer-se também que o imposto é para ampliar estes serviços de assistência, não é colocar bem o problema. A assistência médico-hospitalar, educacional, etc., os sindicatos devem exigila do Estado, cada vez mais.

Na legislação getulista o controle das atividades sindicais era feito pelos Departamentos de Trabalho. O projeto Mangabeira passa essa atribuição para os tribunais sindicais. De

uma maneira geral somos contra a existência de órgãos controladores da vida sindical e ainda mais daqueles cujas funções vão até marcar a hora das eleições nos sindicatos. Os sindicatos, se são livres e autônomos, estabelecem em seus estatutos todos os dispositivos que necessitam para sua vida regular, os órgãos que devem regerla, etc. Não se faz necessário que uma lei estipule isso, como o faz o projeto, e que tribunais, nos quais a representação dos sindicatos constitue absoluta minoria, resolvam sobre dificuldades surgidas na sua vida interna.

Em linhas gerais, estes são os problemas que o projeto levanta. Liberal, como dissemos, o projeto ainda mantém, embora discretamente, os sindicatos sob o jugo do Estado. Mas representa meio caminho andado para a autonomia dos sindicatos frente ao Estado. A falta de espaço nos impede estendermos sobre os problemas levantados, criticas a serem feitas e louvores a se fazerem a determinados aspectos da lei. Apesar de não ser uma lei socialista — infelizmente —, apesar de ainda manter os sindicatos acorrentados ao Estado, apesar de todos os defeitos apontados, cremos que o projeto terá uma vida curta. O ambiente reacionário que infecta o Palácio Tiradentes, aliado à necessidade da classe capitalista buscar a saída para o impasse em que se encontra, numa ditadura, fará com toda certeza que o projeto seja recusado. Aos burgueses não agrada um meio caminho andado na direção da liberdade da classe operária, porque este pequeno passo poderá fazer com que ela desperde de sua apatia e, como em 1848, ranja os dentes ameaçadora contra seus opressores.

OLIVEIROS S. FERREIRA

ANTONIO CANDIDO

NOTÍCIAS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

A VIDA DOS GRUPOS

Em atividade constante o Grupo Profissional n.º 1
 O que foi a sua ultima reunião- Os assuntos debatidos- Um curso de politização para simpatizantes- As conferências sobre o centenário do "Manifesto Comunista"

No dia 23 de Fevereiro último, os companheiros do Grupo Profissional n.º 1 realizaram mais uma de suas reuniões semanais, tendo a reportagem da FOLHA SOCIALISTA acompanhado todo o desenrolar dos trabalhos. Por volta das 17,30 horas, presentes diversos companheiros, o companheiro Mario Neme, como presidente do Grupo, iniciou a reunião, providenciando a organização do expediente e da ordem do dia.

EXPEDIENTE E ORDEM DO DIA

Constou do expediente um convite da diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto dirigido ao Grupo, para assistir à posse dos seus novos diretores e a uma conferência do companheiro Hermes Lima. O presi-

Relatório da Comissão Mun. de S. Paulo

(Conclusão da 6.ª pag.)
 de. Dos demais, com exceção de dois grupos que foram recentemente constituídos, os trabalhos têm sido extremamente deficientes.

O total de membros inscritos no Partido, no município de S. Paulo, até 19 de janeiro de 1948, é de 599. Número menor do que o verificado cerca de um mês antes das eleições de 9 de novembro. Isto porque, após as eleições, a Comissão Municipal decidiu proceder a rigorosa revisão no fichário dos membros do Partido, procurando individualmente todos os membros ainda não organizados em grupos de base, afim de indagar dos mesmos sobre o seu desejo de permanecerem no Partido e cumprirem seus deveres partidários de militância e pagamento de contribuições. Daí resultou um número elevado de defecções, que atualmente atinge um total de 95, compreendendo alguns membros do Partido que solicitaram demissão, após as eleições.

A Comissão Municipal eleita em 19 de julho de 1947, no tocante a tarefas de assistência e educação realizou o seguinte: Um serviço de assistência médica aos membros do Partido, através do grupo dos médicos, serviço esse já regulamentado e em condições de funcionamento; um começo de assistência jurídica; dois cursos mantidos na sede da Praça da Sé, um sobre questões do socialismo em geral e outro sobre História social do Brasil; um curso de alfabetização de adultos, na sede do Braz, durante um período de cerca de dois meses, por iniciativa do grupo do Centro.

Com referência à tesouraria, a C. M. pode apresentar resultados bastante apreciáveis, que poderão ser verificados no relatório do tesoureiro.

Estes resultados, si não são de todo satisfatórios, assinalam um desenvolvimento acentuado de nosso Partido na Capital de São Paulo. Esperamos que a nova Comissão Municipal, eleita a 19 de janeiro, contando com militantes ativos e experimentados, poderá manter esse desenvolvimento em maior escala, através de um trabalho eficiente de consolidação da organização partidária.

ANTONIO COSTA CORRÊA

dente convidou todos os membros do Grupo para comparecerem à solenidade, designando o companheiro Decio Almeida Prado para representante oficial do Grupo. Em seguida foi aprovada a ata da sessão anterior.

Na ordem do dia foram inscritos os seguintes assuntos: Centenário do "Manifesto Comunista", Jornal, Tesouraria e Secretaria, Lei Sindical e Grupo de Vila Mariana.

EXAMINANDO OS ASSUNTOS

Sobre as comemorações do centenário do "Manifesto Comunista" o companheiro Horta informou que, a convite da Comissão Estadual, virá a São Paulo, para pronunciar uma conferência o companheiro Castro Rebelo. Alvitrou, ainda que o Grupo indicasse alguns companheiros para pronunciar palestras sobre o "Manifesto Comunista", comemorando-o condignamente.

O companheiro Simão sugeriu que o companheiro França se ocupasse do tema O momento histórico, que o companheiro Candido falasse sobre A obra de Marx e o companheiro Lourival sobre o Significado político do Manifesto. Sua proposta foi aprovada, com o acréscimo de

seu próprio nome para falar sobre O Manifesto comunista e as lutas operárias. O Grupo sugeriu ainda que o companheiro Gikovate se incumba de uma conferência.

JORNAL, TESOURARIA E SECRETARIA

Falou-se depois do sistema de distribuição da FOLHA SOCIALISTA, tendo ficado assentado que um dos membros do Grupo se encarregará de entregar aos demais companheiros os exemplares que devem distribuir, tarefa essa confiada ao companheiro Serraglia.

Os companheiro França e Fontenelle, secretário e tesoureiro do Grupo, falaram depois sobre a situação de seus trabalhos, ficando o primeiro encarregado de organizar a lista de endereços dos membros do Grupo que foi pedida pela secretaria de arrematamento da Comissão Municipal. Nessa altura, retirou-se o companheiro Candido, depois de justificar sua ausência nas próximas reuniões.

A LEI SINDICAL

Discutiu-se em seguida o parecer redigido pelo companheiro Simão sobre o projeto de lei sindical, ora em discussão no Congresso Federal. O autor do

parecer justificou seu trabalho, afirmando que nele procurara apenas destacar os pontos que julgara mais significativos para o partido. Citou assim a defesa dos sindicatos perante o governo, a defesa do trabalhador dentro do sindicato, a liberdade dessas associações, a sua situação como sociedade, terminando por sugerir que o Grupo indicasse uma comissão para estudar novamente o assunto.

O companheiro Neme discordou da última sugestão, lembrando que o companheiro Horta poderia estudar o assunto, com o auxílio desse parecer e daquele anteriormente feito pelo companheiro Oliveiros. O companheiro França, com a palavra, disse que conhecia os dois pareceres e que os considerava bastante divergentes. Todavia, concorda plenamente com o primeiro parecer elaborado, quando afirma que o companheiro João Mangabeira devia ter apresentado um projeto eminentemente socialista e não, conforme acentuou na exposição justificativa, acomodado ao momento atual. Reafirmou sua convicção nesse ponto, afirmando que a adaptação aos interesses do atual momento deve caber unicamente aos interessados no regime vigente e não aos socialistas.

Ficou assim o companheiro Horta com a incumbência de apresentar ao Grupo, na próxima reunião, o trabalho definitivo sobre o projeto de lei sindical.

O GRUPO DE VILA MARIANA

O Grupo examinou depois o pedido feito pelo Grupo de Vila Mariana, por intermédio do companheiro Lolio, no sentido de ser organizado um curso de politização para os que desejam conhecer noções de socialismo e do nosso programa, antes de se tornarem militantes. Essa sugestão foi feita a pedido de um grupo de moradores daquele bairro. Depois de alguma discussão a respeito desse pedido, ficou decidido que o companheiro Simão se encarregará de organizar esse curso, que deverá funcionar no centro da cidade, facilitando a frequência de um número muito maior de interessados. Por sugestão, ainda do companheiro Simão, resolveu-se estudar a possibilidade da realização de um curso mais avançado, para os militantes e simpatizantes, ficando as aulas a cargo de membros do Grupo.

O presidente do Grupo, logo após encerrou a reunião, lembrando aos companheiros que na segunda feira seguinte seria realizada uma outra assembléia.

Balanco financeiro da Campanha Eleitoral no Municipio da Capital

(APRESENTADO PELO TESOUREIRO À ASSEMBLÉIA MUNICIPAL DE 19 DE JANEIRO DE 1948)

DESPESA		Cr\$	Cr\$
I — PROPAGANDA:			
a) Rádio América	10.000,00		
b) "O Estado de S. Paulo"	6.200,00		
c) Rádio Cultura	2.500,00	18.700,00	
II — DEPART. DO INTERIOR:			
a) Remessas em dinheiro	4.200,00		
b) Telegramas	470,60		
c) Impressos e Despesas Gerais	1.031,20	5.701,80	
III — CÉDULAS, CARTAZES E DEMAIS IMPRESSOS:			
a) pagos a Irmãos Dupont	17.000,00		
b) pagos a Gráfica América Ltda.	3.000,00		
c) Clichês para os Cartazes	600,00		
d) pagos a Irmãos Dupont - n/304	2.200,00	22.800,00	
IV — BARRACAS E MESINHAS ELEITORAIS:	3.489,30	3.489,30	
V — COMÍCIOS E FAIXAS:	3.532,80	3.532,80	
VI — DESPESAS GERAIS:	4.812,90	4.812,90	
SALDO EM CAIXA		161,90	
TOTAL		59.198,70	
RECEITA		Cr\$	Cr\$
I — QUÓTA DOS CANDIDATOS:			
a) 26 candidatos a Cr\$ 500,00	13.000,00		
b) 1 candidato a Cr\$ 250,00	250,00	13.250,00	
II — PRESTAÇÃO DE CONTAS:			
do companheiro Antonio Candido referente à antiga Esquerda Democrática	880,00	880,00	
III — LISTAS:			
n.º 7 e 8 resp. Holda Melanconi	9.390,00		
n.º 3 - resp. Nicola Cinopoli	100,00		
n.º 1 - resp. Hiram M. Cerqueira	50,00		
n.º 2 - resp. Oliveiros Ferreira	220,00		
n.º - resp. Oswaldo Fernandes	70,00		
n.º 6 - resp. Arnaldo P. D'Horta Especial - resp. Gilberto Davi	1.050,00	11.300,00	

IV — FESTIVAL RADIOFÔNICO:			
(Teatro Colombo)	14,50		
Saldo líquido atual			14,50
V — CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS:			
Alípio Corrêa Netto	8.700,00		
Francisco Sivaldes Filho	3.000,00		
Antonio Candido M. e Souza	1.000,00		
Oswaldo A. Fernandes	500,00		
Oswaldo Melantonio	500,00		
Holda Melanconi	197,00	13.897,00	
VI — BONUS:			
Dinheiro recebido	19.610,00	19.610,00	
VII — REQUISITADO DA COMISSÃO MUNICIPAL	247,20	247,20	
TOTAL			59.198,70
ATIVO		Cr\$	Cr\$
I — CERTO:			
a) Quóta dos candidatos - inclusive os dispensados pela comissão Municipal:			
16 candidatos a Cr\$ 500,00	8.000,00		
1 candidato a Cr\$ 250,00	250,00	8.250,00	
b) Festival radiofônico (teatro Colombo)	375,00	375,00	
TOTAL			8.625,00
II — NÃO AVALIAVEL:			
Bonus distribuídos e ainda não pagos nem devolvidos			53.710,00
PASSIVO		Cr\$	Cr\$
I — SALDO DE CONTAS A PAGAR:			
a) à Irmãos Dupont	10.313,50		
b) à Rádio América	5.000,00	15.313,50	
TOTAL			15.313,50

São Paulo, 19 de Janeiro de 1948.
 CORY PORTO FERNANDES

NA CAMARA MUNICIPAL

O PROBLEMA DA ASSISTENCIA À INFÂNCIA

O companheiro Cid Franco, vereador na Câmara Municipal da Capital, proferiu recentemente o seguinte discurso:

"O Partido Socialista Brasileiro, partido que fala claramente, em socialismo e liberdade, partido que prega na expressão do nosso admirável companheiro o escritor e professor Antonio Candido, "a socialização pelo amadurecimento, apoiada na democracia e realizando, pela liberdade, os ideais de justiça, sem os quais o homem não se realiza como homem", partido que representa o espírito de uma nova era em que o egoísmo capitalista não encontra meios de sobreviver — não vai cair no ridículo de uma resposta gramatical, na sessão de hoje, ao líder governista desta Câmara.

As palavras que começa a proferir, e que espero sejam reproduzidas integralmente nos anais desta Assembléia têm um sentido muito mais sério: têm um sentido de acusação.

Peço que sejam ouvidas pelo sr. presidente e pelos srs. vereadores com o respeito ou pelo menos com a benevolência que merece qualquer atitude sincera, desinteressada, superior.

Elas são particularmente dirigidas à meditação do proletariado e da classe média do meu país, a imensa maioria sofredora do povo, que vai sendo esmagada por uma situação econômica insolúvel no regime de contradições, explorações e injustiças em que vivemos.

Erra quem supõe que temos de enfrentar problemas puramente locais. A luta de qualquer homem público desinteressado dos nossos dias é com problemas brasileiros dentro da situação internacional.

O retrato que um escritor como Alvaro Lins nos apresenta do interior de Pernambuco perde o seu caráter regional a um estudo mais atento, cresce aos nossos olhos como um retrato do Brasil.

"Perto das cidades — diz ele — brincam às vezes crianças, que mais parecem velhos em miniaturas, com a pele amarelada e gasta, com as barrigas descomensais em contraste com braços e pernas tão finos como palitos — e diante de espetáculos dessa espécie o transeunte não pode deixar de sentir-se perturbado nessa interrogação: somos um povo em crescimento ou um povo em decadência?"

O quadro da miséria infantil que o crítico observou na cidade de Agrestina avulta como um símbolo da situação brasileira, injusta e contraditória, em que tratamos de alfabetizar adultos sem dar a milhares e milhares de crianças a escola, o livro, os cuidados médicos, a alimentação.

"Levaram-me — conta o escritor — na cidade de Agrestina, ao edifício de uma escola e vi com horror a sala de aula: as pequenas carteiras não tinham cadeiras, as crianças escriviam de joelhos e faziam a leitura de pé, e isto durante horas, algumas delas subnutridas, mal alimentadas e precariamente vestidas. Depois que cheguei aqui (Rio de Janeiro), fui visitar de propósito um rico grupo escolar, com brinquedos,

jogos e todo o moderno aparelhamento pedagógico, para admirá-lo, mas também para verificar toda a razão da sômbria revolta que senti em Agrestina".

E no Rio, em S. Paulo, em todas as grandes capitais, o número de crianças que não consegue matrícula por falta de escolas, por falta de vagas para os pobres, é imenso.

Como professor, dou o meu testemunho do que se passa na capital. Procuram-me com frequência assustadora pais e mães proletárias que não acham escola para os filhos.

Mas, deixemos este assunto escolar e entremos um momento no campo da medicina social. Extraí dos "Anais do Primeiro Congresso Medico-Social Brasileiro" alguns dados aflitivos.

Ouçam esta comparação: — no ano de 1940, os bombardeiros alemães mataram 390.000 ingleses. Entretanto no Brasil, sem bombas, sem guerra, morrem anualmente mais de 500.000 crianças, por não haver uma proteção mais ampla e mais eficiente à infância e à maternidade, ou em outras palavras, em virtude do egoísmo capitalista dominante, em virtude das injustiças e contradições tremendas do regime.

O confronto daquelas cifras levou um medico a declarar em plena Academia Nacional de Medicina: "Corre menos risco um aviador da RAF do que uma criança no Brasil".

Palavras de Oscar Clark: "A natalidade, entre nós, é farta mas o abandono em que jaz a criança e a ignorância das mães ceifam tantas vidas em flor que quase não vale a pena ter filhos no Brasil".

Palavras de Durval Rosa Borges: "Evidentemente não há segurança no futuro de um país cujo povo morre ao nascer".

Exclamação de Martagão Gesteira: "Uma avalanche".

Exclamação de José Martinho da Rocha: "Uma vergonha".

Comentário do pediatra Carlos Prado: "... se fosse algodão, atacado pela lagarta, ou café, deitado pela geada, ou o zebu abatido pela seca, que clamor, que furor, que castigo!"

Senhores, que se fez de mais importante para resolver esse problema? Criou-se o Departamento da Criança. Nasceu com um vício de origem como se pode verificar por estas cifras que aproveito dos mesmos "Anais": — com uma verba de 5.000.000 de cruzeiros, dos quais 4.700.000 destinados ao funcionalismo. Admirável serviço de assistência social absorvendo na burocracia quase a totalidade da verba que lhe foi destinada.

Em S. Paulo o problema de assistência à maternidade e à infância tem proporções de tragédia. Os menores abandonados — sem abrigos, sem escolas, sem hospitais, sem nada, pois os estabelecimentos oficiais se tornaram insuficientes — constituem um desmentido categorico à nossa ilusão de grande centro civilizado.

Ha mães operárias que não sabem como dividir a atenção entre o trabalho na fabrica e os filhos pequeninos, porque elas não têm

onde deixa-los durante o dia, a fabrica não possui uma creche obrigatoria a seu lado, o que seria tão facil de construir se a ganancia capitalista não fosse tão absorvente.

Mas deixemos a criança e falemos um pouco no adulto.

O projeto, que já tenho pronto, da criação de um Serviço de Abreugrafia e Educação Popular contra a Tuberculose, projeto que apresentarei logo que estejam constituídas as comissões desta Câmara, prova o interesse do Partido Socialista por esse problema angustioso.

Diariamente me procuram, senhores vereadores, pessoas do proletariado e mesmo da classe média apresentando receitas de estreptomocina para um filho, para um irmão, para um parente qualquer. A estreptomocina é um remédio caro, é um símbolo das injustiças do capitalismo, enriquece pessoas que o vendem a 120, 130, 140, 150 cruzeiros a grama, enquanto milhares e milhares de tuberculosos pobres não podem comprar nem sequer 10 gramas.

Ha pouco tempo, uma assistente social — srta. Iole — me procurou para informar que no Hospital S. Luiz Gonzaga, em Jaçanã, não havia estreptomocina para salvar a vida de um pobre moço — Roque Beliomini. Só mediante um apelo ao publico, à caridade dos ricos, foi conseguida uma quantidade que deu para iniciar o tratamento.

E o problema dos hospitais em São Paulo?

Enquanto ha donos de hospitais que enriquecem, aumenta a miséria da cidade.

Chegam todos os dias do interior pessoas pobres, em sua maioria doentes, à procura de hospitalização. São obrigadas a permanecer varios dias na Capital à espera de uma vaga, porque o numero de leitos é quase ridiculo ante a enormidade do problema. O Hospital das Clinicas não resolveu, como se esperava, o problema da hospitalização, porque a Santa Casa de Misericordia diminuiu sensivelmente o numero de internações. Em 1942 dispunha de 1.437 leitos, que passaram a 1.102 em 1945 e são atualmente apenas mil. Resultado: em 1942, a Santa Casa internou 18.526 doentes em 1945, 11.664, quase sete mil doentes a menos; em 1947, 10.256. Uma diferença, portanto, de 8.270 a menos sobre 1942. O preço das diárias nos hotéis, ainda os mais modestos, não está ao alcance dos enfermos vindos do interior, que na maioria chegam em absoluto estado de indigência, vindo-se obrigados a recorrer à mendicância.

E um ilustre vereador já falou, nesta Câmara, no cambio negro dos viveres, no cambio negro dos remédios, no cambio negro de hospitais.

Tudo isso mostra a situação miseravel que se criou para o povo, para a imensa maioria do povo, o proletariado e a classe média.

OS SUBSIDIOS DOS VEREADORES

Em face de tudo isso, sr. presidente, animado não de intuítos pessoais mesquinhos, pois não sou um homem de inimizades pessoais, mas um espiritualista convicto que luta pelo socialismo, eu venho fazer uma acusação, em nome do Partido Socialista Brasileiro.

Acuso os srs. vereadores que assinaram a proposta de um subsídio de 12.000 cruzeiros mensais, além da parte variavel de 250 mil cruzeiros, que perfarão um total de 16.000 cruzeiros ou mais por mês, de haverem escandalizado a opinião publica desta cidade em que ha tanto sofrimento. O escandalo está provado pelas conversas de rua e pelos comentarios unânimes da imprensa.

Acuso-os de haverem posto em risco a propria dignidade das funções de vereador, que foi nos primeiros tempos desta Câmara um posto de honra para defesa dos interesses coletivos.

Acuso-os de haverem dado ao povo desprotegido desta grande cidade, ou antes e melhor, ao povo desprotegido do Brasil, a impressão dolorosa de que o posto de vereador passou a ser um simples emprego, um negocio rendoso e suspeito, em São Paulo.

Acuso-os de haverem tirado à Câmara Municipal de São Paulo a autoridade moral de combater o cambio negro para além destas portas, uma vez que o instalamos legalmente aqui dentro, como preço do nosso trabalho.

E protesto, sr. presidente, desde já, como espiritualista, como socialista, como autor de um livro intitulado "A procura de Cristo", contra a entronização da figura de Cristo nesta sala, pois o carpinteiro de Bethlem é grande de mais para caber neste recinto e seria um farisaísmo gritante a colocação de sua imagem naquela parede. Quando neste mundo, vendo injustiças e desigualdades, explorações e opressões, meditando na ganancia dos homens — Ele disse: "E' mais facil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino do céu".

O Partido Socialista Brasileiro acha que todo trabalho deve ser digno e honestamente remunerado.

Assim, é partidario de um subsídio razoavel — o subsídio-limite de 6.000 cruzeiros mensais, sem acrescimo de qualquer natureza e abrangendo todas as sessões, ordinarias e extraordinarias.

Desse subsídio seriam descontadas as faltas às sessões ordinarias e extraordinarias, em calculo proporcional ao numero das realizadas durante o mês.

Isso não seria uma afronta à situação angustiosa do proletariado e da classe média".

BALANCETE DO 3.º NÚMERO DE "FOLHA SOCIALISTA"

RECEITA:

Saldo do número anterior . . .	Cr\$	472,00
Venda avulsa na Capital . . .	"	265,00
Venda avulsa em Piracicaba . . .	"	80,00
Venda avulsa em S. Bernardo . . .	"	40,00
Venda avulsa em São José dos Campos . . .	"	60,00
Venda avulsa em São Manoel . . .	"	100,00
Venda avulsa em Jaú . . .	"	100,00
Venda avulsa em M. das Cruzes . . .	"	50,00
Contribuição . . .	"	1.500,00
Total . . .	"	2.667,00

DESPEZA:

Tipografia . . .	Cr\$	1.500,00
Despesas de remessa postal . . .	"	92,00
Total . . .	"	1.592,00
Saldo . . .	"	1.075,00

UNIÃO PROGRESSISTA DOS AMIGOS DE CARAPICUIBA

Por iniciativa do companheiro João Soares foi organizada, entre membros do Partido, uma coleta para a festa do último Natal, das crianças pobres do Distrito de Carapicuíba. O Partido vem de receber um memorial assinado por várias dezenas de habitantes daquele bairro, dando conta do êxito desse trabalho.

PEDIMOS

aos Grupos da Capital e às Comissões Municipais do Interior que nos remetam com urgência o pagamento dos exemplares já recebidos de FOLHA SOCIALISTA.

Pedimos também que nos comuniquem sem demora qual o número de exemplares do boletim interno que desejam receber de futuro.

Tanto o pagamento como a comunicação devem ser dirigidos ao gerente de FOLHA SOCIALISTA.

COMUNIQUE

À redação de FOLHA SOCIALISTA qual a matéria que nela deseja ver publicada, quais os assuntos que devem ser tratados, quais os problemas a respeito dos quais deve ser conhecida a posição dos socialistas.

Faça com que o seu Grupo ou a sua Comissão discuta a matéria aqui publicada e escreva ao boletim do partido informando sobre as atividades do seu organismo.

FOLHA SOCIALISTA não tem outra finalidade senão ajudar o trabalho de construção do partido. Ajude-a a preencher essa finalidade, utilizando-se dela permanentemente.

FIGURAS RACIONÁRIAS DO CLERO

Na sessão solene de instalação da Câmara Municipal de S. Paulo, o sr. Cid Franco, vereador pelo Partido Socialista Brasileiro, pronunciou o seguinte discurso:

Sr. Presidente. Com a devida permissão de V. Exa., queria pedir a palavra para dar uma resposta ao nobre vereador Padre Arnaldo Moraes Arruda.

Eu me referi a figuras reacionárias do clero burguês, porque existe o clero burguês, como existe o clero proletário. A mentalidade capitalista, a que alude o Padre Arnaldo, também pode figurar em certa parte do clero.

Não me quis referir à figura de V. Exa. e as palavras que V. Exa. disse neste recinto poderiam ser proferidas por um orador socialista. Citei, no meu discurso, a figura de vanguarda do crítico socialista católico Alvaro Lins, que certamente o Padre Arnaldo de Moraes Arruda conhece tão bem quanto eu. E Alvaro Lins é um católico, mas um católico de mentalidade proletária.

O nosso partido está aberto às tendências de vanguarda e a todas as pessoas, pertencem a que ideologia, filosofia ou religião pertencerem, desde que sejam contra a exploração capitalista.

Lamento que o Padre Arnaldo não se houvesse aproximado do Partido Socialista Brasileiro. Gostaria que se houvesse aproximado, uma vez que lá existem pessoas que comungam com este ideal de proteção dos pobres. V. Exa. se referiu a várias investidas inuteis que tem feito para obter alguma coisa em benefício dos seus pobres. Eu, sem ser padre, sem ser sacerdote, pus um programa de rádio a serviço dessa mesma causa dos pobres. Posso afirmar que tenho obtido resultados surpreendentes.

Quando vai qualquer pessoa, ou meio doente, ou pobre, ou aleijado, ou faminta, ou tuberculosa, de qualquer cor e de qualquer idade, conversa comigo ao microfone. Processa-se depois um movimento de fraternidade e inúmeras pessoas, ricas ou não, procuram estas pessoas que eu apresentei pelo meu programa.

Isto é solidariedade social e esta solidariedade social faz parte do programa do Partido Socialista Brasileiro e deve fazer parte do programa de qualquer partido.

Quando me referi a figuras reacionárias do clero burguês, bem sabia o que dizia. O clero de um grande colegio desta Capital, onde aprendi a ler, em 1911 ou 1912, e onde depois fui professor, tinha uma mentalidade antidemocrática, com referência a alunos de cor. Certa ocasião, Sr. Presidente, rsrs. Vereadores, — desde que o Padre Arnaldo desceu a estes assuntos, particularizando, eu me sinto no mesmo direito — fui procurado por uma mulher de cor, mãe de um menino cujo pai era branco. Este menino não podia ser matriculado no colegio onde eu lecionava.

Considero isto a mentalidade burguesa infiltrada no clero. Acredito que se o Padre Arnaldo estivesse dirigindo esse colegio ao tempo em que eu lecionava, não haveria esta distinção entre alunos brancos e alunos pretos.

Esta mentalidade burguesa pode existir também no clero. Sabemos que sim. É uma parte do clero que combate com ferro em brasa toda e qualquer tendência de política proletária, acusando de comunista quem a possui.

Vejo que o Padre Arnaldo não tem esta mentalidade, porque um sacerdote com mentalidade burguesa não desceria a falar ao povo num comício comunista.

De maneira que as palavras que V. Exa. disse, neste recinto, poderiam ser perfeitamente pronunciadas numa Assembléa do Partido Socialista Brasileiro.

O nosso Partido tem elementos de todas as religiões, o nosso Partido tem quadros amplos e flexíveis e V. Exa. dentro dele encontraria quem sabe se mais oportunidade para realizar os seus ideais.

Gostaria, porem, de encontrar em V. Exa. palavras claras de luta anti-capitalista, porque não vale dizer — "Nós lutamos contra o capitalismo".

Não é propriamente uma luta contra o capitalismo bater de porta em porta, pedir esmolas para os pobres. Isto é um trabalho de fraternidade que realizo no meu programa. A figura humana que mais me preocupou até hoje, nesta cidade, foi o Sr. Thomaz Molero.

Este homem trabalhava numa Estrada de Ferro, era um dos trabalhadores mais conceituados dessa Estrada. Este homem hoje o que faz? — Mora no Albergue Noturno. Tem esta autoridade pessoal: — "Eu moro num Albergue Noturno". Ele, depois de trabalhar durante anos, voluntariamente, na Santa Casa, sem nada receber, carregando os doentes de doenças mais perigosas, limpando toda aquela sujeira dos doentes cristamente, humanamente e fraternalmente, não pode continuar na Santa Casa de Misericórdia. Por que? — Porque não se confessava e não comungava.

Senhores, dou aqui este depoimento e peço que ouçam o que estou dizendo, porque é uma verdade, e posso trazer por escrito provas da minha assertiva.

Quero demonstrar ao Sr. Padre Arnaldo o que é a mentalidade burguesa. Não sou materialista, e mesmo, me confesso espiritualista.

O Sr. Presidente — Peço ao nobre vereador o obsequio de restringir as suas considerações, que estão entrando no terreno pessoal. V. Exa. fará o obsequio de prosseguir em tais considerações, na próxima sessão. Estamos em sessão solene de instalação, e eu acredito que V. Exa. nos fará o obsequio de atender a esta solicitação que lhe faço.

O SR. CID FRANCO — Sr. Presidente, eu pediria, pelo menos, cinco minutos para reatar o fio de minhas idéias e concluir.

O Sr. Presidente — V. Exa. tem os cinco minutos solicitados.

O SR. CID FRANCO — Vou atender a V. Exa. Sr. Presidente, marcando os cinco minutos no meu relógio, embora seja um tan-

to ditatorial e anti-democrática a sua atitude.

Este homem, Sr. Padre Arnaldo, não pôde continuar com seus trabalhos na Santa Casa de Misericórdia em virtude de perseguição de uma Irmã que lá trabalhava. Ela perguntou-lhe: "Mas o sr. não se confessa e não comunga?" e, então, diante do que ele disse, este homem teve de sair de lá, e hoje, pelas ruas de S. Paulo, dedica-se a cuidar dos pobres e dos doentes. Este homem tem mentalidade proletária, anti-capitalista, tem mentalidade fraterna e humana. E aquela freira que o perseguiu na Santa Casa não tem mentalidade fraterna, não tem mentalidade humana, anti-capitalista, enfim.

O Sr. José Estefano — Isso na opinião de V. Exa.

O SR. CID FRANCO — Eu acredito que o Sr. Padre Arnaldo estará de acordo comigo, e, se fosse ele autoridade religiosa da Santa Casa naquele momento, não perseguiria esse homem, que é um espiritualista, apenas porque não se confessava e não comungava. Essa mentalidade burguesa é que nós combatemos, onde quer que ela apareça, quer dentro ou fora da religião. Estou ao lado de católicos, protestantes ou espiritualistas que falam claramente esta linguagem: Nós queremos a socialização gradual e progressiva dos meios de produção, para realizar a verdadeira fraternidade humana. (Muito bem!)

O Sr. C. Fairbanks — V. Exa. nega então o direito natural? V. Exa. está combatendo o direito do pobre.

O SR. CID FRANCO — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente".

TODOS DEVEM AJUDAR A "FOLHA SOCIALISTA"

Este boletim interno vem representando um sério esforço feito pela direção estadual do PSB, no sentido de atender a um antigo e generalizado reclamo de numerosos companheiros, que acentuavam a falta que fazia ao nosso trabalho uma publicação impressa.

É preciso dizer, entretanto, que a acolhida que os organismos e militantes partidários estão dando ao jornal — especialmente na capital — não está correspondendo aos sacrifícios que são feitos para a sua saída, e nem às exigências que anteriormente eram feitas, no sentido de sua publicação.

A redação do jornal não tem encontrado o apóio que merecia dos companheiros do partido, os quais ainda não sentiram este boletim como um órgão partidário autêntico. Parecem supor que, desde que o jornal tem uma redação e uma gerência, essas devem por si sós assegurar a matéria e os recursos para a publicação do jornal.

Nem uma nem outra coisa são exatas.

Para que FOLHA SOCIALISTA seja um órgão partidário, é necessário que todos os organismos do partido enviem à redação informações sobre as atividades políticas ou de organização que estão desempenhando ou programando. O boletim deve ser um reflexo da vida de todo o partido, e não somente

o porta-voz para as opiniões de alguns companheiros que se dispõem a nele colaborar.

De outro lado, não é possível que os organismos e militantes do partido — especialmente na Capital, repetiram — continuem a tratar com o mesmo descaço o problema da venda dos exemplares do jornal e do pagamento de cada exemplar recebido. É indispensável que cada Comissão Municipal, cada Grupo e cada militante fixem previamente as quotas que desejam receber de cada número do jornal, se empenhem por vender os exemplares recebidos, se esforcem por aumentar as respectivas quotas, e enviem ao companheiro Febus Gibovate, gerente da "Folha" todo o dinheiro assim arrecadado.

"Folha Socialista" sac, neste número com 8 páginas, aumentando, assim, de 100% a sua matéria. Ela pode, ainda, aumentar o número de páginas, como pode sair com maior frequência, a menores intervalos. Um tal esforço, entretanto, tem que ser um esforço de todo o partido, pois pouco adiantará tirar o jornal para que fique encostado na sede.

Fazemos um veemente apêlo a todos os companheiros no sentido de que dêem um maior apóio ao jornal, transformando-o no verdadeiro instrumento de criação do Partido Socialista Brasileiro. A Redação.

Relatorio sobre as Eleições de 9 de Novembro de 1947 PIRACICABA

Nas eleições de 9 de novembro, pelo Partido Socialista Brasileiro, seção de Piracicaba, concorreu com cinco candidatos a vereadores, sob legenda própria — P. S. B. — e para prefeito municipal apóio o nome do Sr. Lazaro Pinto Sampaio, candidato da "Coligação Popular" — coligação de partidos da qual foi coordenador o deputado F. Castro Neves — para contrapor-se ao Sr. Luiz Dias Gonzaga — candidato da U. D. N. e Partido de Representação Popular, além de facções dissidentes de outros partidos, que formaram um grupo que se denominou "Aliança Piracicabana".

A atitude da totalidade dos membros do P. S. B. da seção de Piracicaba, até 25 dias antes das eleições, era de estrita neutralidade em face dos candidatos a prefeito. Porém, devido à insistência do companheiro enviado pela Comissão Estadual no sentido de não ficarmos isolados, fomos como que constrangidos a tomar partido ao lado do Sr. Lazaro Pinto Sampaio.

O fio da pressão era atrair para o P. S. B. um deputado ainda sem legenda partidária.

Fornamos, portanto, ao lado da "Coligação", tendo recebido desta um bom auxílio, porém perdemos um grande número de simpatizantes que passaram para a U. D. N., os quais sem dúvida alguma seriam nossos companheiros se a linha primitiva tivesse sido seguida.

Tendo o candidato da "Coligação" aceitado o "programa mínimo" elaborado pela Comissão Municipal, apesar de não representar ele grandes possibilidades eleitorais, resolveu o P. S. B. local apóio-lo.

Os outros dois candidatos a prefeito — Srs. Luiz Dias Gonzaga e Jorge

Conty. — não poderiam ter o apóio do P. S. B., visto que o primeiro foi apresentado pela U. D. N.-P. R. P. e o segundo pelo P. S. D.

Na impossibilidade de formarmos uma chapa completa para vereadores, apresentamos apenas com cinco candidatos, com a esperança de conseguirmos no menos a eleição de um deles. Infelizmente, conseguimos apenas 108 votos e o cotejante eleitoral foi mais ou menos 450.

O fato de não termos conseguido eleger um vereador foi motivado por duas causas: — a) impopularidade do candidato a prefeito apóioado pelo P. S. B. — b) impossibilidade de apresentar uma chapa completa.

Ficou evidenciado também: — 1.º — Que, para um ambiente impermeável e quasi hostil às idéias de esquerda, como é Piracicaba, é necessário que se proceda a um trabalho intenso de propaganda pessoal, isto é: de indivíduo a indivíduo. — 2.º — Que a propaganda de pagamento de muros e calçadas é mais eficiente e econômica que a de colocação de cartazes. — 3.º — Que é necessário e imprescindível a instalação de uma sede, para facilitar as reuniões. — 4.º — Que é necessário um contato mais intenso com o elemento operário, pois, toda a vitória do candidato Gonzaga, deve-se a um trabalho de propaganda junto ao povo, que ainda esta em uma fase (talvez, em todo o país) puramente personalista, onde os candidatos são escolhidos pela amizade e pela simpatia, embora não sejam os que mais possam fazer para o benefício do povo. — 5.º — É necessário, por ocasião das eleições, proceder-se a fiscalização intensa, não no recinto das salas

de votação, mas sim fóra, perto do colegio eleitoral, onde existe a cabala e o trabalho de obstrução dos rivais políticos. — 6.º — É necessário dar um seguimento mais ativo às atividades do partido — devemos trazer a debate publico problemas da vida do município, num sentido que atraia as atenções gerais sobre o partido. — 7.º — Com o saldo em caixa, devemos procurar uma sede e organizar comícios e conferências com elementos de destaque do partido, para torná-lo mais popular em todos os sentidos.

Do que ficou dito, é forçoso concluir-se que temos todos uma enorme tarefa pela frente — pois evidenciou-se nesta cidade, que as forças da reação, dos velhos políticos, é maior que as idéias progressistas dos partidos trabalhistas e mais ainda dos partidos de esquerda, como o P. S. B.

Devemos acrescentar ainda algumas palavras sobre a decepção que nos causou a orientação errada que o deputado Castro Neves deu à campanha de propaganda do candidato Pinto Sampaio — seus erros tornaram o candidato impopular — Conduziu de maneira prepotente a campanha o que só resultou em benefício para o candidato Gonzaga.

Quanto à vitória do Sr. Luiz Dias Gonzaga, temos a dizer que ela representa apenas a vitória do prestígio do candidato e não da U. D. N., o que ficou evidenciado pela votação obtida pelo Sr. Plínio Barreto, que obteve neste município mais ou menos a metade dos votos obtidos pelo candidato eleito.

Piracicaba, 16 de Dezembro de 1947
Diretor Lemaire Moraes
Secretário

Folha Socialista

A Divisão da Palestina

No noticiário dos jornais diários as informações sobre os acontecimentos da Palestina ocupam espaço cada vez maior. Os conflitos entre judeus e árabes tornam-se cada vez mais frequentes e mais mortíferos. A Inglaterra se confessa incapaz de manter a ordem. A divisão da Palestina, resolvida por maioria de dois terços na assembleia da ONU, deve, na opinião de muitos, ser revista. São previstas lutas de grande envergadura por ocasião do termino do mandato inglês e muitos vêm na Palestina um foco que ameaça por em perigo a paz mundial.

A Palestina não é, na realidade, um simples problema local. De um lado está em jogo o destino de um povo perseguido e oprimido através de séculos e que na última guerra pagou um tributo pesado. Seis milhões de judeus foram exterminados pelo gang hitlerista de maneira desumana e selvagem. A maioria não tombou nos campos de batalha ou sob a ação dos bombardeios inimigos. Foram friamente liquidados no campo de concentração e nas camaras de gazes pelos bandos nazistas, com o auxílio da escória humana dos povos da Polónia, Rumania, Lituania etc. Os remanescentes dos judeus europeus se encontram até hoje nos campos de concentração sob a jurisdição dos aliados. O seu numero é calculado em cerca de 250.000. Para eles a unica esperança é a Palestina. Os ressentimentos criados pelos massacres dos parentes proximos e o anti semitismo feroz que ainda reina nos países de onde se originam impede-lhes a volta. De outro lado são mantidas com todo rigor as restrições migratorias para os países da America. Os sentimentos nacionalistas dos judeus da Europa que escaparam ao massacre organizado, exacerbaram-se ao extremo. Não admitem mais a possibilidade de tentar de novo a experiência, tantas vezes fracassada, de viver como minoria no seio de outros povos. Só quem, e com obstinação desesperada, como o provam as correntes migratorias ilegais e a tragedia do "Exodo 1947" reconstruir as suas vidas em um paiz que possam considerar como seu.

Do outro lado está em jogo o prestígio da ONU. Se os países que se julgarem prejudicados por sua decisão lançarem mão da força para impedir a execução, estaremos em face do fracasso irremediavel dessa instituição.

Se a ONU não dispuzer de recursos, capazes de impor a efetivação das resoluções tomadas, então não passará de uma organização dispendiosa, platônica e inutil. Se a ONU recuar

em face de ameaças, abrirá um precedente perigoso que a condenará irremediavelmente.

De um ponto de vista socialista, foi justa a decisão da ONU no caso da Palestina? Sem dúvida alguma. A ONU julgou na base de fatos concretos. Enumeraremos os mais importantes.

1 — A Palestina histórica é pátria dos judeus.

2 — O movimento migratório de judeus para a Palestina já se processa há cerca de 50 anos, sob os auspícios do movimento sionista.

3 — A Liga das Nações ratificou a declaração Balfour, que previu o estabelecimento de um "Lar Nacional Judaico" na Palestina. Trata-se de algo mais do que uma simples promessa de um Lord a outro.

4 — Há atualmente na Palestina cerca de 700.000 judeus que edificaram uma agricultura modelo sobre desertos e construíram cidades industriais prósperas.

5 — O estabelecimento dos judeus na Palestina não foi fruto de expropriação ou de conquista pela força. A terra inútil e não cultivada há séculos foi comprada e é propriedade coletiva inalienável.

6 — Não se trata de uma exploração deficitária, mantida artificialmente, e sim de uma economia sã, em grande parte baseada em métodos socialistas.

7 — A população árabe não foi prejudicada. Beneficiou-se grandemente do surto de progresso, vendo o seu nível cultural, econômico e sanitário elevado. As melhores condições de vida atraíram à Palestina correntes migratorias dos países árabes vizinhos.

8 — As população árabes e judaicas vivem pacificamente lado a lado. As lutas são fomentadas pelos senhores feudais da Palestina e de outros países árabes, que procuram na exacerbação nacionalista um ponto de apoio para a exploração das massas árabes.

9 — Os remanescentes dos judeus que escaparam à sanha hitlerista têm direito, em nome do enorme tributo que pagaram na luta pela preservação da humanidade, à libertação dos campos de concentração onde se acham há três anos.

A decisão da ONU só foi possível graças ao apoio simultâneo dos Estados Unidos e da Rússia. Não importa que interesses subalternos tenham inflúido nessas resoluções. O fato da divisão ter sido apoiada por ambos é suficiente para provar que não foram somente os interesses subalternos que os levaram a optar pela divisão da Palestina. A posição da Inglaterra no problema da Palestina é sem dúvida alguma condenável. O governo trabalhista,

cujas experiências históricas é acompanhada por todos os socialistas democratas do mundo, não se liberta, infelizmente, nesta e em outras questões de política externa, da herança do passado. Custa a crer que o Partido Trabalhista Inglês, que com tanta veemência condenara a política conservadora em relação à Palestina, venha insistir nessa mesma política, uma vez no poder. O governo inglês não se opôs abertamente à decisão da ONU. Sabota, entretanto, a mesma, opõe todas as dificuldades possíveis e por meio de intrigas contribui para a preparação da guerra civil entre árabes e judeus. Esta política, típica do Ministério das Colônias do império inglês do passado, não contribui de modo algum para elevar os princípios socialistas e conquistar a simpatia das massas.

A política socialista justa — e todos os partidos socialistas são obrigados a se manifestar claramente sobre o problema — consiste em apoiar a resolução da divisão da Palestina. A resolução é justa porque contribui para a solução, embora formal, do complexo problema judaico. O apoio à resolução da ONU significa apoio à própria ONU, organização ainda frágil mas que pode e deve desempenhar um papel de relevo na solução dos conflitos que ameaçam a paz. O apelo feito por organizações socialistas árabes e judaicas em prol da paz na Palestina deve ser recebido com gozo por todos os socialistas. O chauvinismo dos meios reacionários, tanto árabes como judeus, deve ser desmascarado e combatido.

FEBUS GIKOVATE

O CAPITALISMO DEIXOU O BRASIL ASSIM

70% de analfabetos

SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ ESSE PROBLEMA

Relatório da Comissão Municipal de São Paulo sobre organização, no periodo de 19-7-47 a 19-1-48

Durante a gestão da Comissão Municipal cujo mandato terminou a 19 de janeiro, o trabalho organizatório do Partido em São Paulo manteve-se no sentido de consolidação progressiva da organização. Esse trabalho obteve resultados apreciáveis, mas não está concluído, cabendo à nova Comissão Municipal, eleita nessa data, levá-lo a bom termo.

Sabemos que nosso Partido se organizou e estruturou em uma época de campanhas eleitorais sucessivas, da mesma forma que os demais partidos. A organização não podia, assim, deixar de refletir os tumultos e a instabilidade das campanhas eleitorais. Grande número das adesões recebidas pelo Partido foi motivada, é preciso confessá-lo, não por convicções socialistas ou vontade de militância ativa no Partido, por parte dos aderentes, e sim por simples manifestação de simpatia para com o Partido, em face das eleições, desejo de participar de uma campanha eleitoral e outros motivos semelhantes. Nosso povo ainda está bastante atrasado em sua educação política, em consequência de tantos anos de ditadura, e, assim, ainda não concebe a política como uma atividade permanente, visando educar as massas populares neste ou naquele sentido, em torno de programas e diretrizes ideológicas. Confunde política com eleições e campanhas eleitorais, o que, aliás, é uma realidade em relação aos partidos burgueses, pois tais partidos são incapazes de dar uma orientação programática e ideológica às suas atividades. É a essa concepção reinante no meio ambiente, que constitui uma influência poderosa, não fugiram muitos dos aderentes do Partido Socialista.

Podemos dizer, dessa forma, que somente agora, após o período de confusão e agitação eleitoral, é que vamos pôr à prova a nossa organização partidária. Somente agora é que estamos em condições de positar qual o crescimento qualitativo e quantitativo do nosso partido em São Paulo. Isto é, medir o desenvolvimento

político do Partido, como força atuante, em nosso meio social, como núcleo de difusão de idéias e princípios socialistas, e verificar o volume de adesões de elementos realmente socialistas, que compreendam a luta política como luta permanente pela realização de um programa e execução de determinados princípios.

Nos seis meses de gestão da Comissão Municipal eleita a 19 de julho de 1947, tivemos duas fases bem diferenciadas, como resultado da influência das agitações e campanhas eleitorais: a primeira, antes das eleições de 9 de novembro de 1947, de aparente desenvolvimento intensivo, com numerosas adesões, maior movimentação e estímulo para o trabalho partidário, por parte dos membros do Partido; a segunda, de declínio aparente da organização, queda do entusiasmo militante, diminuição acentuada das adesões e algumas defecções, após as eleições de 9 de novembro. Esse aparente declínio — dizemos aparente e não real, porque traduz apenas o reflexo dos elementos eleitoralistas que invadiram o Partido, durante a campanha eleitoral — refletiu-se na Própria Comissão Municipal, porquanto vários dos membros desta mostraram-se incapazes de persistir num trabalho partidário ativo, da mesma forma que antes das eleições. Um exemplo palpável desse aparente declínio — a organização do Partido é que vários dos grupos de base já constituídos em São Paulo não mais realizaram reuniões, conforme as prescrições estatutárias do Partido, sendo que dois grupos — da Mooca e do Cambuci n.º 2 — foram considerados dissolvidos, dada a total inatividade dos seus membros e as defecções verificadas entre eles.

Isto significa que a nova Comissão Municipal terá a seu cargo a tarefa de consolidar verdadeiramente a estrutura orgânica do Partido no município, neste difícil período post-eleitoral, quando o nosso povo se mostra bastante desiludido em relação a questões políticas e pesa sobre todos um clima de reação fascitizante que quebra o entusiasmo e a combatividade de muita gente. Essa tarefa de consolidação consistirá essencialmente em fazer funcionar com eficiência e regularidade os grupos de base do Partido, o que até agora foi conseguido com muita precariedade, dada a instabilidade e os tumultos das campanhas eleitorais, como se referiu acima.

Nos últimos seis meses vários grupos de base do Partido foram constituídos em São Paulo. Atualmente acham-se constituídos os seguintes: dois grupos profissionais (n.º 1 — jornalistas, escritores e artistas — n.º 2 — médicos); cinco grupos de bairro (Centro, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Bela Vista); dois grupos de local de trabalho (Jornal de São Paulo e Hospital Nove de Julho). Desses grupos, porém, apenas os dois profissionais e o grupo do Centro têm realizado reuniões regulares. Quanto às tarefas de tesouraria e secretaria, apenas dois grupos de bairro — do Centro e de Pinheiros — têm se desempenhado com relativa regularidade.

(Conclue na 5.a pag.)